



Revista Andina de Estudios Políticos

ISSN: 2221-4135

<http://iepa.org.pe/raep>

GIMENES, Éder Rodrigo. (2014). A Situação dos Partidos Políticos na América Latina no Início do Século XXI: Crise ou Estabilidade? *Revista Andina de Estudios Políticos*, Vol. IV, N° 1, pp. 4-19.

Artículo Publicado por: Instituto de Estudios Políticos Andinos – IEPA

www.iepa.org.pe

Todos los Derechos Reservados

El presente producto está licenciado por Creative Commons. El Instituto de Estudios Políticos Andinos se reserva el derecho de publicación de los artículos. Cada uno de los artículos es publicado con los permisos correspondientes de los autores. La Revista Andina de Estudios Políticos es una revista publicado bajo la plataforma OJS que garantiza la distribución del presente artículo de manera libre y gratuita.

A SITUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: CRISE OU ESTABILIDADE?

THE SITUATION OF POLITICAL PARTIES IN LATIN AMERICA AT THE BEGINNING OF THE XXI CENTURY: CRISIS OR STABILITY?

GIMENES, Éder Rodrigo
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Resumo

Apesar de diferentes temáticas iniciais, nos protestos recentes ocorridos em países latino-americanos, como Brasil, Argentina e Peru, emergiram reivindicações relacionadas à melhoria da qualidade das políticas públicas ofertadas, ao desempenho dos representantes e das instituições democráticas, com destaque aos partidos políticos. Sobre a última temática, há certo consenso na literatura norte-americana e europeia quanto ao distanciamento dos partidos e do eleitorado, à exceção de países democratizados por ocasião da terceira onda (Portugal, Espanha e Grécia). No contexto latino-americano, caracterizado mais fortemente por instabilidade de sistemas políticos, períodos militares e jovens democracias, predomina o dissenso em torno da relação entre partidos e eleitores, de modo que são fortes os argumentos que apontam para o declínio do engajamento partidário e também aqueles que defendem a estabilidade das referidas instituições na região. Diante dessas diferentes perspectivas analíticas e da escassez de trabalhos que discutam tal divergência, o presente artigo tem por objetivo estabelecer um diálogo entre essas duas correntes, otimista e pessimista, de diagnósticos sobre a relação entre partidos e eleitores na América Latina. Nosso intuito é destacar os pontos de partida das análises dos diferentes autores, ou seja, suas interpretações acerca do cenário político latino-americano no início do século XXI, de modo a explorar as congruências e, em especial, as incongruências analíticas dos cientistas políticos com relação ao partidarismo na América Latina. Pretendemos, desta maneira, contribuir para a atualização do debate sobre o futuro dos partidos políticos na região.

Palavras-chave: Partidos políticos. Cultura política. Democracia. América Latina.

Abstract

Despite different initial themes, in recent protests in Latin American countries such as Brazil, Argentina and Peru emerged claims related to improving the quality of public policies offered, the performance of representatives and democratic institutions, especially political parties. About the last issue, there is some consensus in American and European literature as to the distance of the parties and the electorate, except for countries democratized during the third wave (Portugal, Spain and Greece). In the Latin American context, strongly characterized by instability of political systems, military periods and young democracies, predominates dissent around the relationship between parties and voters, so are strong the arguments that point to the decline of partisan engagement and also those who defend the stability of those institutions in the region. Given these different analytical perspectives and the scarcity of jobs to discuss this divergence, this paper aims to establish a dialogue between these two currents, optimistic and pessimistic, of diagnostics on the relationship between parties and voters in Latin America. Our aim is to highlight the points of departure of the analysis of different authors, in other words, their interpretations of the Latin American political scene at the beginning of the XXI century, in order to exploit the congruence and, in particular, the analytical incongruities of political scientists with relation to partisanship in Latin America. We intend, in this way, contribute to the update of the debate on the future of political parties in the region.

Keywords: Political parties. Political culture. Democracy. Latin America.

Éder R. Gimenes: Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro dos grupos de pesquisa "Cultura Política, Comportamento e Democracia" (CNPq/UEM) e "Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais" (CNPq/UFSC). Contato: ergimenes@uem.br.

A SITUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: CRISE OU ESTABILIDADE?

Considerações iniciais

O ano de 2013 foi marcado por protestos que levaram às ruas milhares de cidadãos em diversos países latino-americanos, como Brasil, Argentina e Peru. Com temáticas iniciais distintas, vinculadas a questões econômicas, reivindicações relacionadas à políticas públicas e repúdio à corrupção, dentre outras causas, as manifestações evidenciaram também a insatisfação de parte das populações com o desempenho de seus representantes e das instituições democráticas, em especial dos partidos políticos.

No caso específico do Brasil, bandeiras e camisetas de partidos políticos foram excluídos das manifestações, não raras vezes de maneira truculenta, o que culminou em um discurso de parte da mídia do país em torno de uma crise de representação, a qual seria um indicativo de problemas do desempenho e estabilidade do regime democrático brasileiro (Borba, Ribeiro, & Gimenes, 2013).

No que se refere ao engajamento político, muitos pesquisadores têm identificado resultados que apontam para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (Borba & Ribeiro, 2011; Dalton & Wattenberg, 2002; Putnam, 2003), como os partidos políticos, bem como para a ascensão de modalidades não convencionais (Borba & Ribeiro, 2011; Catterberg, 2003; Della Porta, 2003; Inglehart & Catterberg, 2002; Norris, 2007; Welzel, Inglehart, & Deutsch, 2005), de caráter contestatório.

Della Porta (2003) afirma que, na verdade, a participação convencional encontra-se relacionada à não convencional, um indicativo de que enquanto existem atores que optam por uma ou outra forma de participação, há também aqueles que combinam ambas as modalidades em suas ações.

Ribeiro & Borba (2010) reiteram tal afirmação e ressaltam que a adoção de uma postura crítica em relação ao funcionamento das instituições democráticas e o questionamento dos mecanismos tradicionais de representação implicaram na redução significativa das taxas de mobilização política convencional nas últimas décadas, situação que poderia se configurar em sinal de apatia por parte dos indivíduos caso não estivesse ocorrendo em paralelo um movimento inverso: o aumento dos índices de participação em atividades de contestação às instituições e elites estabelecidas.

Entretanto, a visão otimista acerca das novas configurações das modalidades de participação não é unânime. Há que se mencionar o argumento de Putnam (2003), segundo o qual as evidências empíricas do crescimento das novas formas de participação, não convencionais, são bastante frágeis. Ainda segundo o autor, os indícios de tal crescimento não seriam necessariamente positivos para a democracia, uma vez que poderiam culminar no enfraquecimento ou redução da estabilidade do regime.

Não há, portanto, uma convergência entre os autores que pesquisam sobre a participação quanto ao avanço, estagnação ou queda do ativismo político dos cidadãos, nem quanto ao efeito de suas variações sobre o regime democrático. No entanto, a literatura tem destacado a emergência do *cyberativismo* (Bringel, 2011; Gallego & Oberski, 2011; Gomes, 2011; Heidar, 2006; Luiz, 2010; Maia, 2011; Whiteley, 2010) e o declínio do envolvimento em partidos políticos e do comparecimento eleitoral. Nesse sentido, Borba (2012, p. 263) salienta que:

Fenômenos como o declínio generalizado nos índices de comparecimento eleitoral e de ativismo partidário, a emergência e expansão dos movimentos de protesto e de novas formas de ação política não diretamente ligadas ao momento eleitoral, têm levado a uma crescente preocupação dos cientistas políticos com o tema da participação.

No que se referem à retração do engajamento partidário, os diagnósticos apontam tanto fatores causais de origem estrutural quanto elementos de nível individual, uma vez que durante o século XX, principalmente em sua segunda metade, assistiu-se a mudanças no funcionamento dos partidos políticos e na cultura política do eleitorado.

Em se tratando de fenômenos estruturais, o período foi marcado por alterações nas funções desempenhadas pelos partidos políticos e nas formas de seu relacionamento com o eleitorado, o que culminou, dentre outros efeitos, em cenários políticos em que se tornaram recorrentes partidos-cartel (Katz & Mair, 1995, 2009; Mair, 2003; Pasquino, 2010; van Biezen, 1998) e *catch-all* (Baudouin, 2000; Della Porta, 2003; Jehá, 2009; Kirchheimer, 1966; Mayer, 2011; Pasquino, 2010)¹.

São muitos os pesquisadores que afirmam que o distanciamento dos partidos de massas com relação aos eleitores tem conduzido à sua falência, por conta da diminuição gradual de sua capacidade de atração da população para a participação (Baudouin, 2000; Della Porta, 2003; Freire, 2005; Mair, 2003; Mayer, 2011; Pasquino, 2010; Speck, 2013; van Biezen, Mair, & Poguntke, 2012).

Considerando que uma das principais funções dos partidos, classicamente atribuída àqueles de massas, é a mediação entre os interesses do eleitorado e do Estado (Baquero, 2000; Della Porta, 2003; Mair, 2003; Motta, 1999; Sell, 2006) caberia a tais instituições a educação política dos eleitores, com vistas à mobilização dos cidadãos para a participação e à promoção da identificação dos indivíduos com aqueles que disputam o posto de seus representantes. Para tanto, seria necessário envolver os eleitores no processo eleitoral por meio do voto e do investimento na criação ou no reforço da simpatia ou fidelidade partidária (Veiga, 2007). No entanto, desde as últimas décadas do século XX assiste-se a uma mudança de posicionamento dos partidos políticos, que se distanciam cada vez mais

¹ No início do século XX, Ostrogorski (2008 [1912]) discorreu sobre tais partidos, os quais denominou *partidos-omnibus*, e afirmou desejar seu progressivo enfraquecimento. Kirchheimer (1966) também discorreu sobre tais partidos como *pigliatutti*.

da sociedade à medida que se aproximam do aparelho estatal (Baquero, 2000; Dalton, 2013; Mair, 2000, 2003; Mayer, 2011; Menegóz, 2000).

Além disso, apesar de parte dos diagnósticos atribuir a causalidade do desengajamento a fatores estruturais, há que se considerar a relevância de fatores exógenos às instituições, em especial o refinamento cognitivo das massas (Baquero, 2000; Dalton, 2013; Mair, 2003; Mayer, 2011; Whiteley, 2010). Sob esta perspectiva, o afastamento das massas não seria tratado apenas como consequência, mas também como fator causal do declínio dos partidos políticos enquanto instituições representativas.

No campo microsocial, destacam-se, por exemplo, o aumento da escolarização dos indivíduos (e, por consequência, de seus recursos cognitivos e políticos) e da disponibilidade de informação política, além do desenvolvimento dos meios de comunicação e da proliferação de grupos de interesses (Dalton, McAllister, & Wattenberg, 2003; Dalton & Wattenberg, 2002).

Segundo Mair (2003) e van Biezen et al. (2012), os partidos, em especial aqueles de massas, têm sofrido as consequências de um processo amplo de redução do envolvimento dos indivíduos em organizações hierarquizadas, conforme anteriormente constatado por autores como Inglehart (1977) e Norris (1999). Nesse sentido, a análise do contexto europeu indica que tanto o período dos partidos de massas passou quanto as condições em que tais organizações se desenvolvem estão deixando de predominar (Mair, 2003; van Biezen et al., 2012).

Diante desse conjunto de constatações, uma série de pesquisas, empreendidas em diversos países, têm se dedicado a esta discussão e são muitas as que apontam para o crescente distanciamento entre partidos políticos e o eleitorado. Nesses termos, o cenário de crise e de declínio dos partidos políticos foi amplamente diagnosticado nos Estados Unidos (Clarke & Stewart, 1998; Dalton et al., 2003; Dalton, 2013; Putnam, 2003) e em diversos países europeus (Dalton et al., 2003; Dalton, 2002, 2013; Della Porta, 2003; Freire, 2005; Gallego, Rico, & Anduiza, 2012; Mair & van Biezen, 2001; Mair, 2000, 2003; Morales, 2005; Norris, 2007; Scarrow & Gezgor, 2010; Seyd & Whiteley, 2004; van Biezen et al., 2012; Whiteley & Seyd, 1998; Whiteley, 2010)².

Na Europa, cabe destacar, Espanha, Grécia e Portugal são exceções nos conjuntos de democracias analisadas por Mair (2003) e van Biezen et al. (2012), uma vez que em tais países foram identificados elevações no número de filiados nas últimas décadas. Os autores relacionam esse fenômeno ao recente processo democrático iniciado a partir de meados da década de 1970, com o fim da ditadura em Portugal, que se estendeu aos demais países destacados e atingiu ainda outras nações do Leste

² No nível individual, os estudos políticos contemporâneos não apenas identificaram o desalinhamento partidário, como também a diminuição da participação de membros em partidos (Mair, 2003; Whiteley & Seyd, 2002), os quais, não raras vezes, contam com a atuação de voluntários ou simpatizantes para o desenvolvimento de suas atividades políticas (Dalton, 2013; Mair, 2003; Whiteley, 2010).

Europeu e da América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, num processo nominado por Huntington (1994) como terceira onda de democratização.

Em se tratando das consequências de tal diagnóstico, Putnam (2002) apresenta uma visão pessimista sobre o futuro do relacionamento entre eleitores e partidos. Segundo o autor, o aumento do desengajamento partidário deve conduzir à diminuição do comparecimento eleitoral, à fluidez na formulação de opiniões e opções de votos dos eleitores e ao ceticismo com relação aos processos e instituições representativas.

Por sua vez, Whiteley (2010) afirma que os partidos políticos continuam a desempenhar um papel central na governança das democracias modernas, mas reconhece que o declínio em sua base voluntária tem implicações importantes para o futuro da democracia, uma vez que é suscetível de enfraquecer a sociedade civil, minando as relações fundamentais entre os cidadãos e o Estado.

Tais prospecções negativas quanto ao desenvolvimento do cenário político defendem que a descrença com relação ao Estado e às instituições representativas seria um indício de uma crise de legitimidade, a qual, por sua vez, pode culminar em instabilidade democrática (Norris, 1999; Seligson, Booth, & Gómez, 2006).

Em contrapartida, pesquisadores mais otimistas apontam o aumento da qualidade da democracia, por conta da maior sofisticação do eleitor nos termos de Dahl (1997), como principal efeito do distanciamento entre partidos e o eleitorado. Tais indivíduos, mais críticos em relação às instituições tradicionais e hierarquizadas, seriam portadores de valores fortemente democráticos, bem como orientados para ações políticas mais horizontalizadas e de auto expressão (Dalton et al., 2003; Dalton, 2013; Norris, 1999).

Considerada a inexistência de consenso acerca dos efeitos do desengajamento, corroboramos com a afirmação de Dalton et al. (2003, p. 317), de que “o desalinhamento partidário tem potencial para produzir consequências, quer positivas, quer negativas, para a política eleitoral, dependendo do modo como os sistemas partidários e os eleitores reagem neste novo contexto”.

Nesse sentido, diferentemente dos contextos norte-americano e europeu, marcados por longo histórico de estabilidade política, sobretudo em razão dos consideráveis estoques de legitimidade democrática, construídos ao longo de gerações socializadas sob a vigência de tal regime, no cenário político latino-americano, majoritariamente caracterizado por jovens democracias e recentes períodos militares, a adesão normativa entre os cidadãos com baixa tradição democrática tende a ser mais frágil, o que implica inferir que os efeitos da desafeição partidária podem ser mais deletérios, sendo plausíveis hipóteses de efeitos desestabilizadores (Ribeiro, 2011; Torcal & Montero, 2006)

Diante do exposto, o presente artigo se situa no conjunto de discussões em torno dos efeitos do distanciamento entre partidos políticos e eleitores e tem como objetivo contribuir para a atualização do debate em torno do futuro das referidas instituições na América Latina, a partir das considerações

de autores que apontam diferentes perspectivas no cenário analítico vislumbrado no início do século XXI.

O intuito é de estabelecer um diálogo entre o diagnóstico pessimista que aponta a vulnerabilidade da democracia e a crise da crise dos partidos na região (Baquero, 2000) e o argumento otimista de que, na virada do milênio, a América Latina gozava de estabilidade democrática, em termos de relacionamento entre eleitores e partidos (Alcántara Saez & Freidenberg, 2002).

O relacionamento entre partidos políticos e eleitores na América Latina

O conceito de América Latina é, *per se*, objeto de discussão entre pesquisadores que defendem o tratamento analítico dos países da região enquanto bloco e também daqueles que criticam tal posicionamento por considerá-lo desrespeitoso ou mesmo arbitrário com relação às especificidades de tais nações. Reconhecemos a relevância do tema, porém, tendo em vista o objetivo do presente artigo, não nos aprofundaremos neste debate.

No entanto, cabe destacar que, segundo González & Baquero (2013), ainda que o tratamento conferido à América Latina enquanto definição geográfica ou subcontinente possa sofrer contestações, tal região se destaca do ponto de vista político e acadêmico, com destaque ao campo da Ciência Política, sobre o qual pontuam:

Assim são múltiplos os centros de estudo, publicações, associações acadêmicas e congressos organizados sobre este tema, podendo destacar-se associações e congressos como os da LASA – *Latin American Studies Association*, da ALACIP – *Associação Latinoamericana de Ciencia Política*, da ALAS – *Asociación Latinoamericana de Sociología*, do CEISAL – *Consejo Europeu de Investigaciones en America Latina*. Além das revistas como *Latin American Research Review*, publicada pela LASA, *América Latina Hoy*, publicada pela Universidade de Salamanca, *Latin American Politics and Society*, publicada pela Universidade de Miami e ainda a *América Latina*, publicada (em russo) pelo Instituto de América Latina da Academia de Ciências da Rússia, entre tantas outras (González & Baquero, 2013, p. 112).

Além disso, destacam ainda os mesmos autores, a referida área apresenta indícios de crescimento e institucionalização na região nas últimas décadas, em muito por conta do período de estabilidade democrática. Tal fortalecimento se confirma pela criação, em 2012, da Associação Ibero-Americana de Associações de Ciência Política, composta, além dos países ibéricos, por instituições nacionais da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Uruguai (González & Baquero, 2013).

É consenso que, independente de considerar a América Latina como região, bloco ou conjunto de países com características díspares, o estudo em torno dos partidos políticos, dos sistemas partidários e da cultura política dos eleitores é extremamente relevante, em especial se nos ativermos à clássica afirmação de Schattschneider (1942) de que a democracia é impensável sem as referidas instituições.

Nesse sentido, ainda no início da década de 1990, após reunião do *Grupo de Trabajo de Partidos Políticos del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO), seu coordenador afirmou que

Los partidos políticos latinoamericanos enfrentan diversos desafíos que provienen de las profundas transformaciones tanto socio-económicas como en la política misma, todo lo cual implica un cambio en las relaciones entre Estado y sociedad que afecta al sistema de representación, en el que los partidos juegan un papel clave (Garretón, 1993, p. iv).

Em perspectiva histórica, Garretón (1993) afirma que apesar das realidades nacionais distintas, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por semelhanças entre boa parte dos países da região. Tanto o referido autor quanto Tcach (1993) destacam a crise de ordem econômica, social e política que conduziu, dentre outros resultados, ao colapso do modelo desenvolvimentista por conta de dívidas externas e alta inflação, à precarização das condições de trabalho, ao aumento da pobreza, à queda de ditaduras militares³ e à luta pela reconstrução de marcos institucionais capazes de promover a instauração ou reinserção do jogo político democrático em diversos países latino-americanos.

Sobre o processo de redemocratização, ainda que a implantação do referido regime após o período militar, ao menos no que tange ao que Lima & Cheibub (1996) denominam primeira transição já tenha se consolidado⁴, Garretón (1993) se filia a esses autores em sua preocupação com um problema que ocorre após a primeira transição, quando se trata do conteúdo

da democracia: sua consolidação e seu funcionamento efetivo.

Para o autor, os processos de recomposição do Estado democrático são paralelos à busca por sistemas de representação, dentro dos quais são características relevantes a capacidade de canalização de demandas e aspirações sociais e a governabilidade, ambas funções concernentes aos partidos políticos (Garretón, 1993).

Entretanto, a política institucional também apresenta traços problemáticos na América Latina, como a despolitização dos cidadãos, os baixos níveis de participação política, sobretudo na década de 1980, e a recorrência de eleições marcadas por traços personalistas (Alcántara Saez & Freidenberg, 2002; Baquero, 2000; Cavarozzi, 1993).

Mainwaring (2001) corrobora com tal observação e, numa análise sobre Brasil, Argentina e Peru, destaca o baixo grau de institucionalização de seus sistemas partidários, por conta da pouca regularidade nos padrões e regras do jogo político, por partidos de raízes sociais frágeis e com pouca legitimidade junto ao eleitorado e por eleições frequentemente dominadas por líderes personalistas.

³ As ditaduras latino-americanas assumiram diferentes características, com variações entre versões puras do novo autoritarismo e ditaduras tradicionais, marcadas por violações dos direitos humanos e repressão sistemática aos opositores (Garretón, 1993; Kinzo, 1990).

⁴ Tal período se estende da queda do regime autoritário prévio até a instalação do primeiro governo democraticamente eleito.

Em estudo posterior, Mainwaring & Torcal (2005) ponderam que sistemas partidários de jovens democracias são marcados por frágeis vínculos programáticos e ideológicos entre eleitores e partidos, permeados pelas destacadas relações personalistas, o que pode se alterar com o passar do tempo e a consolidação do regime. Nesse sentido, os autores coadunam com Riz (1993), cuja análise sobre a situação dos partidos políticos latino-americanos no início da década de 1990 era de que as recentes modificações decorrentes do surgimento de novas forças políticas, da (re)construção de sistemas de representação e de participação eram parte de um processo de ampliação dos sistemas partidários democráticos, ainda distante de cristalização.

Em consonância com esse conjunto de argumentos, Baquero (2000) expõe um posicionamento pessimista, uma vez que considera tais fenômenos como fatores de uma crise da própria democracia, na qual os partidos, pelas responsabilidades que lhes cabem, em especial a de mediação política, se encontram no centro do problema. Para o autor, não trata de uma crise dos partidos políticos na América Latina, mas de um momento delicado dos regimes democráticos na região, que inclui as referidas instituições políticas.

Ainda segundo o autor, na América Latina, os partidos políticos reemergiram como atores políticos significativos após a transição democrática, porém não se consolidaram como instituições efetivas de mediação política. Nesse sentido, faltam estudos dedicados à compreensão do papel de tais instituições na região (Baquero, 2000).

Em se tratando da origem dos partidos políticos na América Latina, o entendimento do autor é de que se faz necessário resgatar como se deram o processo de independência e a estruturação dos sistemas partidários que inauguraram uma *práxis* política de exclusão da maior parte das populações nacionais da arena política.

Para Baquero (2000), os partidos surgidos no período pós-independência eram, na realidade, facções, cujo mecanismo de intermediação entre Estado e sociedade civil era precário ou ausente. O que se chamou de partidos seriam facções aglutinadas em grupos políticos, sob a liderança e direção de um líder, que se organizaram orientadas para a conquista do poder, com prevalência do caráter personalista e escassas posturas ideológicas. Além do personalismo, esses caudilhos (representados pelo coronelismo no Brasil) conferiram outras características peculiares aos partidos, como a proliferação de facções, o clientelismo e o caráter instável dos sistemas políticos.

Analisando os partidos políticos desde sua fundação, Baquero (2000) ressalta que o tipo de desenvolvimento econômico praticado na América Latina tem contribuído para a decadência dessas instituições há muitas décadas, uma vez que emergem em meio a crises e se tornam organizações de natureza imediatista, e não programática, permeadas não raras vezes pela ausência de ideologia corrente. Tal característica seria responsável pelo fracasso de uma das mais importantes funções dos

partidos, a qual seria muito benéfica à institucionalização dos sistemas partidários e dos regimes democráticos: a educação política.

O relacionamento entre as avaliações dos desempenhos econômicos dos países e dos governantes e partidos contribuem ainda para a perpetuação de outro problema que dificulta a consolidação democrática: a volatilidade eleitoral (Kinzo, 2007). Echegaray (1995), em estudo acerca de eleições presidenciais ocorridas em quinze países da América Latina entre os anos de 1982 e 1994, identificou que a avaliação da situação econômica do país é um dos fatores que influencia a decisão do voto. Camargo (2003) e Couto, Abrucio, & Teixeira (2013) chegaram à mesma conclusão a partir dos resultados de pesquisas referentes às eleições presidenciais de 1994 e municipais de 2012, respectivamente, no Brasil. Nesse contexto histórico,

A construção de relações recíprocas, fundadas na confiança, não é possível quando existe uma estrutura clientelística institucionalizada. As instituições políticas, nesse cenário, particularmente os partidos, não contam com créditos positivos por parte da população (Baquero, 2000, p. 69).

O sentimento de desconfiança, medida de apoio específico da democracia (Easton, 1975), se mantém entre os eleitores latino-americanos até a contemporaneidade. No entanto, Alcántara Saez & Freidenberg (2002, p. 149) afirmam que essa baixa adesão ao democratismo, em termos avaliativos, deve ser matizada pelo fato de que, salvo exceções, até o início do século XXI, “[...] os partidos políticos não puderam ser substituídos na hora de representar as demandas dos cidadãos e no exercício do governo. Portanto, continuam sendo os vínculos entre regime político e cidadãos”.

Alcántara Saez & Freidenberg (2002), inclusive, destoam fortemente de Baquero (2000) por sua análise otimista com relação ao relacionamento entre partidos e eleitores na América Latina. Seu ponto de princípio é a retomada da democratização por volta do início da década de 1980, período no qual os países latino-americanos poderiam ser classificados em quatro diferentes grupos, em virtude dos cenários políticos existentes.

O primeiro grupo, composto por Argentina, Chile, Uruguai e Peru, reunia países com sólida tradição partidária, tanto no que diz respeito aos partidos quanto à sua capacidade de mobilização de importantes setores da população. Em tais nações, o universo partidário se apresentava como continuação da política nacional do início da década de 1970, marcado por grupos radicais e justicialistas na Argentina, por socialistas, democratas-cristãos, radicais e conservadores no Chile e por colorados, blancos e frente-amplistas no Uruguai. Destaque-se que os autores incluíram ainda o Peru, cujos partidos que se alternaram no poder na década de 1980 (APRA e Ação Popular) eram anteriores ao processo autoritário.

O segundo grupo destacado por Alcántara Saez & Freidenberg (2002) –Bolívia, Brasil e Equador– era caracterizado por modelos mistos de sistemas partidários em que partidos antigos coabitavam

com outros, novos, decorrentes do processo de transição. Tais nações compunham um cenário mais complexo que o anterior, onde se identificavam partidos que surgiram em meados do século XX e mantiveram uma estrutura muito sólida, em torno dos quais os novos sistemas políticos democráticos giraram, casos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) boliviano e do Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro. Tais partidos conviveram com outros, surgidos no período autoritário ou de transição, situação que também foi diagnosticada no Equador, que reproduziu o sistema de partidos anterior ao rompimento da democracia.

Paraguai, Honduras, Nicarágua e Panamá foram concentrados pelos referidos autores em um terceiro grupo, por serem nações nas quais se verificou a manutenção da existência de partidos políticos ao longo do tempo, porém historicamente vazios em termos político e social. Nesse cenário, se destacava o Paraguai, marcado pela presença contínua de fraudes eleitorais envolvendo a Ação Nacional Republicana (Partido Colorado) e o Partido Liberal Radical Autêntico, situação que só se modificou após as primeiras eleições constitucionais em 1993. Situações similares foram identificadas em Honduras (Partidos Liberal e Nacional), na Nicarágua (parcialmente, em relação ao Partido Liberal) e no Panamá (PRD e Partido Arnulfista) (Alcántara Saez & Freidenberg, 2002).

Por fim, o último grupo foi composto por países onde, em virtude da debilidade histórica dos partidos políticos e da força dos governos autoritários recentes, era praticamente inexistente um marco partidário. Nesses locais, a refundação dos partidos e, por consequência, dos sistemas partidários, ocorreu em paralelo ao processo de transição à democracia, evidenciado em El Salvador (ARENA e FMLN), na Guatemala (FRG, PAN e URNG) e na República Dominicana (PRD). Além disso, Alcántara Saez & Freidenberg (2002) ressaltam que verificaram tais condições, ainda que parcialmente, em sua análise sobre o Partido Liberal da Nicarágua.

No entanto, nem todos os países latino-americanos analisados pelos autores foram classificados na tipologia acima exposta. Costa Rica, Colômbia, Venezuela, Cuba e México não puderam ser encaixados em nenhum dos grupos, os três primeiros por conta dos processos transicionais anteriores à terceira onda de democratização e os dois últimos por sua imersão, até o início do século XXI, em regimes de partido único (Alcántara Saez & Freidenberg, 2002).

Tais constatações, de quatro diferentes cenários e ainda de países que não se enquadrariam em nenhum agrupamento, permitiram aos autores afirmar que a América Latina gozava de grande heterogeneidade no que tange à caracterização dos sistemas partidários e partidos políticos no início do século XXI.

Observada tal heterogeneidade, ao longo do período de democratização recente, considerado o período entre 1980 e 2000, Alcántara Saez & Freidenberg (2002) identificaram o que chamaram de “relativa continuidade na composição dos sistemas de partidos”, que consideraram surpreendente pela condição de manutenção, ainda que parcial, de aspectos presentes na ordem anteriormente

vigente. Sobre tal constatação, os autores pontuaram que “[...] De qualquer modo, é um fato que a média [de institucionalização] dos partidos latino-americanos é estável e que as profundas mudanças acontecidas no Peru e na Venezuela durante a década de 1990 são a exceção, e não a regra” (Alcántara Saez & Freidenberg, 2002, p. 144).

Considerando os argumentos de Baquero (2000) e de Alcántara Saez & Freidenberg (2002) em perspectiva comparada, verificamos que ambos os autores analisam o período recente de democratização na América Latina, mas lançam olhares totalmente discrepantes sob o processo em curso na região, o que se evidencia em suas conclusões.

Baquero (2000) reforça a ideia de que as jovens democracias latino-americanas enfrentavam, no início do século XXI, uma crise, a qual incluía, dentre outros aspectos, os partidos políticos. Segundo o autor, no que depender da institucionalização dessas instituições, a estabilidade democrática parecia estar longe de ser alcançada na América Latina, uma vez que não eram raros os casos de partidos que abandonaram seu perfil ideológico para se tornarem máquinas eleitorais que, com vistas ao atingimento dos postos de poder, passaram a adotar estratégias centristas, do tipo *catch-all*.

De maneira no mínimo alarmante, o autor destaca que

Impõe-se, com urgência, um redirecionamento dos partidos a fim de que possam recuperar o espaço de interlocução entre Estado e sociedade. [...] A situação se agrava caso se concorde que os partidos não podem ser substituídos. Se eles ainda cumprem função essencial, a postura de quem se proclama democrático deve ser uma luta pela reestruturação para que, assim, desempenhem eficientemente o seu papel de intermediadores entre Estado e sociedade (Baquero, 2000, pp. 173–174).

Em contrapartida, Alcántara Saez & Freidenberg (2002) reforçam em suas conclusões a importância dos partidos políticos na construção democrática da América Latina, bem como a ideia de que, apesar de prognósticos analíticos e de certa descrença por parte dos cidadãos, é possível considerar a manifestação de certa estabilidade na configuração dos sistemas partidários latino-americanos.

Conforme os autores,

Dada a centralidade que os partidos continuam tendo, é interessante pensar na necessidade de conhecer ainda mais como funcionam internamente. Isso nos leva a mudar a unidade de análise dos sistemas partidários para os partidos e observar o modo como interagem os diversos atores que os integram: suas características e sua natureza; sua participação nos processos de tomada de decisões; o modo como se produz a política e esta se exerce (Alcántara Saez & Freidenberg, 2002, p. 150).

Assim, os autores apontam a necessidade de se analisar o relacionamento entre partidos políticos e o eleitorado sob diferentes aspectos: os sistemas partidários nacionais, os partidos políticos em sua individualidade e ainda a cultura política dos cidadãos latino-americanos (Alcántara Saez &

Freidenberg, 2002), destacadas as condições históricas ressaltadas por Baquero (2000) e ainda características de contexto, como fatores sociais e econômicos.

Considerações finais

Sem a pretensão de encerrar uma discussão, acreditamos ter atingido o objetivo proposto com este ensaio teórico, cuja contribuição esperada é de se constituir em subsídio inicial à exploração dos avanços nas pesquisas sobre o relacionamento entre partidos políticos e eleitores nos países latino-americanos.

O próximo passo, já em andamento, consiste na atualização desta discussão, por meio do mapeamento dos estudos recentes sobre o tema. Com o levantamento em processo, nosso intuito é o de contribuir à atualização do debate e fornecer maiores indícios que nos permitam confirmar ou refutar os argumentos negativos e positivos sobre os efeitos do relacionamento entre partidos e eleitores nas nações latino-americanas, quanto a aspectos contextuais e de cultura política, tanto em análises comparadas quanto para o conjunto de países da região.

Nesse sentido, faz-se salutar destacar, ainda que de maneira preliminar, a contribuição de Dalton, Farrell, & McAllister (2011), cuja tese é de que os partidos políticos não estão declinando, mas se reinventando em virtude de alterações contextuais e individuais que têm ocorrido desde a segunda metade do século XX.

Da mesma forma, a pesquisa de Payne (2007) acerca dos sistemas partidários de um conjunto de países latino-americanos também contribui ao debate, assim como os achados empíricos relacionados à cultura política do eleitorado, cujos avanços desde o estudo pioneiro de (Almond & Verba, 1989) decorrem, em grande medida, da realização de pesquisas internacionais com amostras representativas de diversos países, como aquelas empreendidas pelo *World Values Survey* (WVS), o *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), o *Latinobarómetro* e o *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP).

Cabe destacar ainda a tese do apartidarismo, de Dalton (2013), segundo a qual o afastamento dos eleitores com relação aos partidos decorre da elevação de seu índice de mobilização cognitiva, uma medida combinada entre interesse por política e escolarização, que o referido autor testou no âmbito dos Estados Unidos e alguns países europeus.

Em conjunto com outros pesquisadores, testamos tal tese entre o eleitorado brasileiro (Borba et al., 2013) e trabalhamos atualmente no avanço da pesquisa entre os cidadãos de outros vinte e três países cujos dados de opinião pública foram coletados pelo LAPOP na onda de 2012.

Por fim, nosso entendimento é de que este artigo tem sua importância enquanto esforço teórico de perspectiva histórico-analítica, relevante, sobretudo, ao desenvolvimento do debate acerca das condições atuais dos sistemas partidários, partidos políticos e eleitores latino-americanos no período pós-terceira onda de democratização.

Referências

- Alcántara Saez, M., & Freidenberg, F. (2002). Partidos políticos na América Latina. *Revista Opinião Pública*, 8(2), 137–157.
- Almond, G. A., & Verba, S. (1989). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (3rd ed.). New York: SAGE.
- Baquero, M. (2000). *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Baudouin, J. (2000). *Introdução à Sociologia Política*. Lisboa: Estampa.
- Borba, J. (2012). Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade E Estado*, 27(2), 263–288.
- Borba, J., & Ribeiro, E. A. (2011). Participação convencional e não convencional na América Latina. In M. Baquero (Ed.), *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina* (pp. 95–118). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Borba, J., Ribeiro, E. A., & Gimenes, E. R. (2013). Os apartidários brasileiros: bases sociais, atitudinais e comportamentais do eleitorado brasileiro. In 7º *Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Bogotá.
- Bringel, B. (2011). Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, 16(2), 185–215.
- Camargo, M. B. (2003). Economia e voto: Fernando Henrique versus Lula. In H. de S. Telles & J. I. P. Lucas (Eds.), *Das ruas às urnas: partidos e eleições no Brasil contemporâneo* (pp. 115–144). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.
- Catterberg, G. (2003). Evaluations, referents of support, and political action in new democracies. *International Journal of Comparative Sociology*, 44(3), 173–198.
- Cavarozzi, M. (1993). El sentido de la democracia en la América Latina contemporánea. In M. A. Garretón (Ed.), *Los partidos y la transformación política de América Latina* (pp. 17–28). Córdoba: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.
- Clarke, H. D., & Stewart, M. C. (1998). The Decline of Parties in the Minds of Citizens. *Annual Review of Political Science*, 1(1), 357–378. doi:10.1146/annurev.polisci.1.1.357
- Couto, C. G., Abrucio, F. L., & Teixeira, M. A. C. (2013). As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. *Cadernos Adenauer*, 14(2), 193–207.
- Dahl, R. A. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Dalton, R. J. (2002). The decline of party identifications. In R. J. Dalton & M. P. Wattenberg (Eds.), *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies* (pp. 19–36). Oxford: Oxford University Press.
- Dalton, R. J. (2013). *The Apartisan American: Dealignment and Changing Electoral Politics*. Washington D.C.: SAGE Publications, Inc.

- Dalton, R. J., Farrell, D. M., & McAllister, I. (2011). *Political Parties and Democratic Linkage: How Parties Organize Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Dalton, R. J., McAllister, I., & Wattenberg, M. P. (2003). Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, 38(167), 295–320.
- Dalton, R. J., & Wattenberg, M. P. (Eds.). (2002). *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Della Porta, D. (2003). *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Estampa.
- Easton, D. (1975). A Re-assessment of the Concept of Political Support. *British Journal of Political Science*, 5(4), 435. doi:10.1017/S0007123400008309
- Echegaray, F. (1995). Voto Econômico ou Referendum Político? Os Determinantes das Eleições Presidenciais na América Latina, 1982-1994. *Opinião Pública*, 3(2), 61–96.
- Freire, A. (2005). Identidades Ideológicas e Partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa. *Sociologia, Problemas E Práticas*, (47), 11–33.
- Gallego, A., & Oberski, D. (2011). Personality and Political Participation: The Mediation Hypothesis. *Political Behavior*, 34(3), 425–451. doi:10.1007/s11109-011-9168-7
- Gallego, A., Rico, G., & Anduiza, E. (2012). Disproportionality and voter turnout in new and old democracies. *Electoral Studies*, 31(1), 159–169. doi:10.1016/j.electstud.2011.10.004
- Garretón, M. A. (1993). Transformaciones socio-políticas en América Latina, 1972-1992. In M. A. Garretón (Ed.), *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Córdoba: Grupo de Trabajo Partidos Políticos-CLACSO/Centro de Estudios Avanzados Universidad de Córdoba/FLACSO-Chile.
- Gomes, W. (2011). Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In R. C. M. Maia, W. Gomes, & F. P. J. A. Marques (Eds.), *Internet e participação política no Brasil* (pp. 19–46). Porto Alegre: Sulina.
- González, R. S., & Baquero, M. (2013). A Política Comparada na América Latina: dilemas e desafios no Brasil. *Revista Debates*, 7(3), 111–126. Retrieved from <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/43949>
- Heidar, K. (2006). Party Membership and Participation. In R. S. Katz & W. Crotty (Eds.), *Handbook of Party Politics* (pp. 301–315). London: SAGE Publications Ltd. doi:10.4135/9781848608047
- Huntington, S. P. (1994). *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R., & Catterberg, G. (2002). Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline. *International Journal of Comparative Sociology*, 43(3-5), 300–316. doi:10.1177/002071520204300305
- Jehá, P. R. (2009). *O processo de degeneração dos partidos políticos no Brasil*. Universidade de São Paulo.

- Katz, R. S., & Mair, P. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1(1), 5–28. doi:10.1177/1354068895001001001
- Katz, R. S., & Mair, P. (2009). The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(04), 753. doi:10.1017/S1537592709991782
- Kinzo, M. D. A. G. (1990). O quadro partidário e a Constituinte. In B. Lamounier (Ed.), *De Geisel a Collor: o balanço da transição* (pp. 105–134). São Paulo: Sumaré.
- Kinzo, M. D. A. G. (2007). Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários. In M. do S. Braga & M. D. A. G. Kinzo (Eds.), *Eleitores e representação partidária no Brasil* (pp. 19–45). São Paulo: Humanitas.
- Kirchheimer, O. (1966). The transformation of the Western European party systems. In J. LaPalombara & M. Weiner (Eds.), *Political parties and political development* (pp. 177–200). Princeton: Princeton University Press.
- Lima, M. R. S., & Cheibub, Z. B. (1996). Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (31), 83–110.
- Luiz, D. E. C. (Ed.). (2010). *Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Veras.
- Maia, R. C. M. (2011). Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política. In R. C. M. Maia, W. Gomes, & F. P. J. A. Marques (Eds.), *Internet e participação política no Brasil* (pp. 47–94). Porto Alegre: Sulina.
- Mainwaring, S. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Mainwaring, S., & Torcal, M. (2005). Teoria e institucionalização do sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Revista Opinião Pública*, 11(2), 249–286.
- Mair, P. (2000). Há um futuro para os partidos? *Revista Política Democrática*, 1(0), 147–160.
- Mair, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Revista Análise Social*, 38(167), 277–293.
- Mair, P., & van Biezen, I. (2001). Party Membership in Twenty European Democracies, 1980–2000. *Party Politics*, 7(1), 5–21. doi:10.1177/1354068801007001001
- Mayer, R. (2011). *Os partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB e PT*. Universidade Federal do Paraná.
- Menegóz, G. (2000). Questões políticas e partidárias do Brasil de hoje. *Revista Política Democrática*, 1(0), 95–118.
- Morales, L. (2005). ¿Existe una crisis participativa? La evolución de la participación política y el asociacionismo en España. *Revista Española de Ciencia Política*, (13), 51–87.
- Motta, R. P. S. (1999). *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Norris, P. (1999). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press.

- Norris, P. (2007). Political Activism: New Challenges, New Opportunities. In C. Boix & S. C. Stokes (Eds.), *The Oxford Handbook of Comparative Politics* (pp. 628–652). Oxford: Oxford University Press.
- Ostrogorski, M. (2008). *La democracia y los partidos políticos*. Madrid: Trotta.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Parede: Principia.
- Payne, J. M. (2007). Party systems and democratic governability. In J. M. Payne, G. D. Zovatto, M. M. Díaz, A. A. Zavala, F. Carrillo-Flóres, K. Echebarría, ... E. Iarquín (Eds.), *Democracies in development. Politics and reform in Latin America* (pp. 149–177). Washington D.C.: Inter-American Development Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University.
- Putnam, R. D. (2002). *Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Putnam, R. D. (Ed.). (2003). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Ribeiro, E. A. (2011). *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Ribeiro, E. A., & Borba, J. (2010). Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, 16(1), 28–63.
- Riz, L. (1993). Los partidos políticos y el gobierno de la crisis en Argentina. In M. A. Garretón (Ed.), *Los partidos y la transformación política de América Latina* (pp. 37–53). Córdoba: Grupo de Trabajo Partidos Políticos-CLACSO/Centro de Estudios Avanzados Universidad de Córdoba/FLACSO-Chile.
- Scarrow, S. E., & Gezgor, B. (2010). Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. *Party Politics*, 16(6), 823–843.
doi:10.1177/1354068809346078
- Schattschneider, E. E. (1942). *Party Government*. New York: Holt, Reiner & Turner.
- Seligson, M. A., Booth, J. A., & Gómez, M. (2006). Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. *Opinião Pública*, 12(1), 1–37.
- Sell, C. E. (2006). *Introdução à Sociologia Política. Política e sociedade na modernidade tardia*. Petrópolis: Vozes.
- Seyd, P., & Whiteley, P. (2004). British Party Members: An Overview. *Party Politics*, 10(4), 355–366.
doi:10.1177/1354068804043903
- Speck, B. W. (2013). Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. *Cadernos Adenauer*, 14(2), 37–60.
- Tcach, C. (1993). El torno al “catch-all party” latinoamericano. In M. A. Garretón (Ed.), *Los partidos y la transformación política de América Latina* (pp. 29–33). Córdoba: Grupo de Trabajo Partidos Políticos-CLACSO/Centro de Estudios Avanzados Universidad de Córdoba/FLACSO-Chile.

- Torcal, M., & Montero, J. R. (Eds.). (2006). *Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions and politics*. London: Routledge.
- Van Biezen, I. (1998). Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias. *Análise Social*, 33(148), 685–708.
- Van Biezen, I., Mair, P., & Poguntke, T. (2012). Going, going, . . . gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, 51(1), 24–56. doi:10.1111/j.1475-6765.2011.01995.x
- Veiga, L. F. (2007). Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Revista Opinião Pública*, 13(2), 340–365.
- Welzel, C., Inglehart, R., & Deutsch, F. S. (2005). Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest “Civic” Payoff? *Journal of Civil Society*, 1(2), 121–146.
- Whiteley, P. (2010). Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world. *Party Politics*, 17(1), 21–44. doi:10.1177/1354068810365505
- Whiteley, P., & Seyd, P. (1998). The dynamics of party activism in Britain: a spiral of desmobilization? *British Journal of Political Science*, 28(1), 113–137.
- Whiteley, P., & Seyd, P. (2002). *High intensity participation: The dynamics of party activism in Britain*. Michigan: University of Michigan.